

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDEO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

HÉLIO MANOEL PEREIRA FEITOSA

ESCOLA INCLUSIVA – DESAFIOS DA SOCIEDADE MODERNA

PICOS – PIAUÍ

2011

HÉLIO MANOEL PEREIRA FEITOSA

ESCOLA INCLUSIVA – DESAFIOS DA SOCIEDADE MODERNA

Monografia apresentada a Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, como requisito para aprovação e obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
Orientadora Prof.^a Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz.

PICOS

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

F311e Feitosa, Hélio Manoel Pereira.

Escola Inclusiva – desafios da sociedade moderna / Hélio Manoel Pereira Feitosa. – 2012.

CD-ROM: il.; 4 ¾ pol. (31 p.)

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2012.

Orientador (A): Profa. MSc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

1. Inclusão. 2. Educação. 3. Sociedade. I. Título.

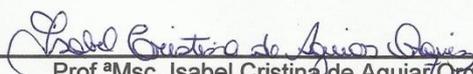
CDD 371.9

HÉLIO MANOEL PEREIRA FEITOSA

ESCOLA INCLUSIVA – DESAFIOS DA SOCIEDADE MODERNA

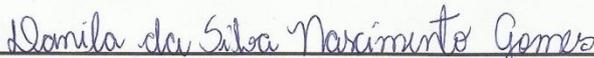
Monografia defendida e aprovada com nota: 9.0 em 30 / 12/ 2011.

BANCA EXAMINADORA



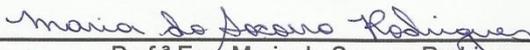
Prof.^aMsc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Orientador (a)



Prof.^a Esp. Danila da Silva Nascimento Gomes

Membro Examinador - UFPI



Prof.^a Esp. Maria do Socorro Rodrigues

Membro Examinador - IESRSA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus a minha família e em especial meu pai que esteve comigo indo e vindo durante esses cinco anos de muita luta e minha mãe que sempre me transmitiu forças atrás de suas palavras de coragem e a todos os amigos que fizeram parte de mais essa vitória na vida, obrigado a todos.

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas de o primeiro passo.”

Martin Luther King (1929 -1968).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu forças, saúde e coragem para superar as minhas dificuldades e conseguir chegar até o fim.

Agradeço a minha mãe por sempre ter me transmitido forças para superar os meus medos e por sua disposição em contribuir direta ou indiretamente quando a solicitamos.

Agradecer a meu pai pela sua paciência e disponibilidade durante esses cinco anos de muitas idas e vindas para a Universidade Federal do Piauí.

Agradecer a minha irmã por ter juntamente com meu pai ajudado no meu deslocamento para a UFPI, CSHNB, sem vocês o meu percurso seria muito difícil, devido a minha deficiência.

Agradeço a minha orientadora professora Isabel, pela sua paciência nas orientações e conselhos.

Agradeço a minha família por ter acreditado em meu potencial e me ajudado nos momentos que mais precisei superar as minhas dificuldades, neles pude extrair forças e seguir em frente nessa caminhada árdua mais gratificante.

Quero também agradecer a todos os meus professores e amigos em especial (Ostavane, Mariana, Lucas, Jacinto, Daniela, Ana Carla) sem a ajuda deles com certeza não teria conseguido chegar até o fim.

RESUMO

O presente estudo monográfico tem como temática Educação Inclusiva: Desafios da sociedade moderna, abordando assim aspectos relevantes no diz respeito ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação, visto que antigamente essas pessoas viviam isoladas do mundo real. Desse modo, no atual contexto social torna-se necessário que a sociedade esteja preparada para receber tais pessoas a fim de possibilitar sua inclusão e não apenas a integração no espaço físico. Daí surge à preocupação em se pensar a escola como um espaço, momento e tempo de inclusão dessa parcela da população que até então estava excluída ou apenas integrada a algumas ações sociais. Nesse sentido, o presente estudo monográfico pretende abordar através de uma pesquisa do tipo bibliográfica a temática escola inclusiva e os desafios da sociedade moderna. Considerando o aspecto político da Educação Especial; o trabalho pedagógico; a inclusão escolar e questões éticas frente às diferenças. Enquanto embasamento teórico da referida pesquisa utilizamos como suporte Carvalho (2008), Mantoan (2006), Brasil (2008), Machado (2009), Drago (2011), Martins (2008), Plano Nacional de Educação (2000), Silva (2008) entre outros que poderão vir a contribuir com o estudo. Com isso podemos concluir que o presente estudo é de grande relevância social na medida em que apresenta aspectos importantes sobre uma temática tão discutida no atual contexto social.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Sociedade

ABSTRACT

This monographic study has as its theme Inclusive Education: Challenges of modern society, thereby addressing relevant issues in relation to the social inclusion of people with disabilities in education, because once these people were isolated from the real world. Thus, the current social context it is necessary that society is prepared to receive such persons to enable their inclusion and integration not only in physical space. Hence the concern in the school as a thinking space, time and time inclusion of this population that was previously excluded or only a few integrated social actions. In this sense, this monographic study aims to address through a literature search of the type the subject inclusive school and the challenges of modern society. Considering the political aspect of Special Education, the educational work, including educational and ethical issues facing the differences. While the theoretical framework used to support research that Carvalho (2008), Mantoan (2006), Brazil (2008), Machado (2009), Drago (2011), Martins (2008), the National Education Plan (2000), Silva (2008) and others that may contribute to the study. With this we can conclude that this study is of great social significance in that it presents important aspects of a subject much discussed in the current social context.

Palavras-chave: Inclusion. Education. Society.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	15
PNE – Plano Nacional de Educação.....	15
MEC – Ministério da Educação e Cultura.....	19
SEEP – Secretária de Educação Especial.....	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I –EDUCAÇÃO ESPECIAL – ABORDAGEM POLÍTICA	13
1.1 Educação Especial e às Políticas de Inclusão.....	13
1.2 Movimentos Nacionais e Internacionais e o Contexto da Educação Especial.....	14
CAPITULO II - ESTRATÉGIAS POLÍTICAS ADOTADAS PELO MEC PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA DEFICIENTE	19
2.1 Princípios Norteadores para a Inclusão.....	19
2.2 Prioridades do Ministério da Educação para a Pessoa Deficiente.....	22
CAPITULO III - O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ..	25
3.1 A Aprendizagem do Aluno como Centro do Processo de aprendizagem.....	25
3.2A ética diante o processo de inclusão.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

O atual contexto social vive mudanças significativas no que diz respeito ao processo de inclusão de pessoas deficientes; pois antigamente essas pessoas viviam isoladas do mundo real, ou seja, possuíam poucos direitos em relação a ter acesso aos diferentes ambientes sociais, como participação na produtividade econômica, cultural e a formação escolarizada.

No entanto, hoje se percebe que grande parte das pessoas que possuem algum tipo de deficiência realiza alguma atividade sócio educativa, ou seja, juntamente com seus familiares busca formação escolar, profissional e participa de ações desenvolvidas em clube, empresas entre outros.

Dessa forma, é evidente que a sociedade precisa estar preparada para receber tais pessoas; no sentido de possibilitar sua inclusão e não apenas a integração no espaço físico. Daí surge a preocupação em se pensar a escola como um espaço, momento e tempo de inclusão dessa parcela da população que até então estava excluída ou apenas integrada a algumas ações sociais.

Nesse sentido, o presente estudo monográfico pretende abordar através de uma pesquisa do tipo bibliográfica a temática escola inclusiva e os desafios da sociedade moderna. Considerando o aspecto político da Educação Especial; o trabalho pedagógico; a inclusão escolar e questões éticas frente às diferenças.

Segundo Severino (2002) “a documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos dentro de uma área do saber”.

Enquanto embasamento teórico da pesquisa utilizar-se-á como suporte Carvalho (2008), Mantoan (2006), Brasil (2008), Machado (2009), Drago (2011), Martins (2008), Plano Nacional de Educação (2000), Silva (2008) entre outros que poderão vir a contribuir com o estudo.

Para tanto, o trabalho encontra-se estruturado a partir da introdução que apresenta uma visão geral sobre o trabalho realizado, seguida do referencial teórico que apresenta as idéias dos autores acima citados, este por sua vez encontra-se dividido em três capítulos, sendo que o primeiro aborda a Educação Especial, as políticas de inclusão relacionadas às pessoas com deficiência, assim como os movimentos nacionais e internacionais que aconteceram em prol de melhorias para estas pessoas, seguidos por um breve contexto da Educação Especial.

Já o segundo capítulo intitulado Estratégias Políticas adotadas pelo MEC para o processo de inclusão da Pessoa com Deficiência aponta os princípios norteadores para a Inclusão e as prioridades do Ministério da Educação em relação às Pessoas com Deficiência.

Por fim, o terceiro capítulo relata aspectos relevantes do trabalho pedagógico e do processo de inclusão.

Deste modo, esta pesquisa monográfica é considerada relevante, por suscitar indagações pautadas na inclusão dos alunos com deficiência no processo educativo de modo que o aluno se sinta motivado a participar deste processo de modo a buscar a qualidade de sua formação.

CAPÍTULO I

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL – ABORDAGEM POLÍTICA

1.1 Educação Especial e às Políticas de Inclusão

Ao se falar em políticas de imediato se remete a idéia de compromisso que o governo tem em relação à promoção de políticas públicas que sirvam para possibilitar a concretização de direitos humanos no que tange o processo de inclusão de pessoas deficientes. Neste respeito, “as políticas de educação, assim, como as políticas sociais devem ser entendidas como um conjunto de ações do governo com objetivos específicos” (CARVALHO, 2008, p. 41).

Em relação a ações governamentais, Vianna (2002), comenta que estas se referem à estrutura legal e institucional, existente entre os distintos contextos e regimes políticos existentes. No que diz respeito aos objetivos específicos, o autor, cita ainda que esse deve ser analisado segundo os interesses restritos e amplos da sociedade, a esfera em que se concretizam. Logo, isso quer dizer que as políticas públicas de um modo geral se fazem a partir do desejo dos diferentes grupos sociais, de acordo com suas necessidades e, que estes também precisam do apoio de grupos dominantes, elitizados para que se chegue à materialização, concretização de tais políticas.

Assim, a elaboração de política pública, educacional ou social deve ser o resultado de discussões que envolvam a sociedade, através de análise crítica com base em filósofos, ideológicos, situações pedagógicas que conduzam de fato a uma reflexão e compreensão das condições locais, contribuindo para a identificação de necessidades e prioridades.

Carvalho (2008) lembra que apesar de determinada política educacional ser considerada como condição necessária para “fazer acontecer” (p. 42), isso não é condição para sua legitimação. Com isso, “a organização das decisões políticas num documento escrito, como um plano de educação, pode ser considerada como a finalização de um conjunto de procedimentos que têm na política sua referencia básica” (p. 42).

1.2 Movimentos Nacionais e Internacionais e o Contexto da Educação Especial

Na Europa, inúmeras iniciativas foram tomadas no decorrer da década de 1990 no sentido de tentar facilitar as transformações com vistas às mudanças da tradicional Educação Especial. No final do programa Hélios que consistia em trocas de informações e em visitas entre países em um domínio.

A Carta de Luxemburgo, de 1996, apresentou resultados de idéias práticas comparadas e anunciou o princípio da escola “para todos e para cada um”, que tem por finalidade se adaptar às necessidades educativas especiais das pessoas. Constata-se através deste que se trata de um programa de inclusão, o qual os Estados membros foram convidados a adotar em sua legislação, garantindo o livre acesso ao sistema de ensino.

Em 2001, uma resolução do Parlamento europeu explicitava o princípio da não-discriminação contra as pessoas deficientes, sob o título “Por uma Europa sem entraves para as pessoas deficientes” (CARVALHO, 2008).

Paralelamente a criação de tais princípios, os países membros procuram elaborar um sistema educacional que contemple a inserção do aluno deficiente. Contudo, observa-se que cada Estado membro passa a planejar um sistema de escolarização que atinja as particularidades de sua clientela, ou seja, de suas crianças deficientes. Surgindo desse modo, três tipos de escolarização formal neste processo.

“O tipo um opõe dois sistemas separados. De um lado, a educação comum (escolas e classes normais); de outro, a educação especial (escolas e classes especiais). Esse tipo está em vis de evolução para uma redução dessa separação. Mas, encontra-se ainda uma tradição desse tipo em países, como os Países Baixos e em alguns Estados (Länder) da Alemanha. O tipo dois é exatamente o contrário do tipo um e consiste em um sistema radical de integração ou de inclusão, o que significa que não existem mais, nem estabelecimentos nem classes especiais. A escolarização de crianças deficientes se efetua em escolas e classes comuns, com o apoio de serviços especiais. O tipo três é um sistema misto. Por razões que consideram essencialmente a história das instituições desses países, constata-se uma justaposição de medidas integrativas no meio escolar comum, de meios de educação especial e de medidas de apoio à integração” (CARVALHO, 2008, p. 43).

Segundo Carvalho (2008), a Itália desde o ano de 1977 segue o segundo modelo, onde as crianças são escolarizadas formalmente em escola regular comum. O país aboliu os estabelecimentos educacionais especializados oferecendo suporte aos professores por meio de uma equipe de professores de ‘apoio’; onde cada

professor apoio se responsabiliza por quatro crianças deficientes integradas a uma ou mais classe.

Vê-se que o Brasil, através da LDB 9394/96, do PNE (2000) tenta caminhar para um processo mais democrático em relação à inclusão de pessoas deficientes no sistema regular de ensino. No entanto, ainda carece de políticas na área de Educação Especial que viabilizem o atendimento de tal demanda no cenário brasileiro. No sentido de formar profissionais habilitados; disponibilizar em quantidade recursos didáticos que possibilite o acolhimento a vários tipos de deficiências no interior das escolas. Como também atualização dos profissionais e sensibilização da comunidade acadêmica para o processo de inclusão escolar e social.

A França numa perspectiva de contemplar e fazer com que a sociedade de fato participe desse processo apresenta um leque muito grande em relação às instituições para crianças com deficiência. E, o uso de recursos financiamento públicos para acelerar o avanço integral escolar e, de modo geral, a escolarização de crianças deficientes ou com dificuldade grave.

Na República do El Salvador, adotaram-se linhas de estratégias políticas de Educação Especial denominada “Todos Iguais”.

Organização sustentável de recursos. Está concebida para orientar e favorecer o fortalecimento e apoio especializado para que estudantes com incapacidades possam ter acesso ao currículo com equiparação de oportunidades.

Fortalecimento dos serviços especializados. Trata-se da implementação de novas modalidades de atenção educacional, assim como da atualização e formação especializada de docente em serviço.

Flexibilidade curricular no sistema regular. Consiste em fomentar e criar condições para garantir a escolarização e promoção de aprendizes com necessidades educacionais especiais não associadas a deficiências (CARVALHO, 2008, p. 44).

Tendo como exemplo, o El Salvador, constata-se que é possível organizar políticas educacionais que levem a concretização da inclusão da pessoa deficiente na escola preparando através desta para a inserção social de maneira mais dinâmica. Outro aspecto a ser considerado nas linhas estratégicas é a questão da adaptação do currículo as necessidades dos educandos. Pois, de acordo com cada deficiência apresentada e um currículo adequado torna-se maior a probabilidade de que o aluno poderá aprender conforme sua capacidade intelectual, física, motora, auditiva e visual.

Neste contexto, se torna viável pensar numa inclusão mais democrática e segura, no sentido de que a pessoa deficiente terá acesso aos seus direitos assegurados por lei.

Mazzota (2005) fala que a inclusão da educação de deficientes na prática educacional no Brasil só veio a ocorrer somente no fim dos anos cinquenta e início da década do século XX. Como se vê muito tardiamente foi dado às pessoas com deficiência seu direito de educação, nos negando assim um dos direitos primordiais que o direito a educação.

Segundo os estudos realizados pelo autor, foi somente durante o período compreendido entre 1854 a 1956, que se houve o início oficial da inclusão desses alunos especiais nas escolas mais precisamente na década de cinquenta no governo de D. Pedro II. Como se vê, várias décadas se passaram para que a sociedade se interessasse a incluir as pessoas com algum tipo de deficiência nas escolas.

Conforme relata Mazzota (2005) foi somente a partir de 1957 a 1993, que houve iniciativas oficiais no âmbito nacional ao atendimento educacional de pessoas com deficiência e foi assumido e tornado público pelo governo federal, depois de muitas lutas, se inicia a criação de campanhas nacionais quer dizer, já era um início de um basta nessa marginalização escolar para com as pessoas com algum tipo de deficiência nas escolas.

Somente na década de 1970 é aprovada a Lei 5.692/71, que em seu artigo 9º aborda a garantia de tratamento especial aos excepcionais e diversas ações estavam sendo postas em prática como, por exemplo, a inserção dessas crianças com deficiência nas escolas regulares, todo esse avanço fora embasado nas novas diretrizes e bases do ensino de 1º a 2º graus (MAZZOTA, 2005).

No Brasil, observa-se que a política atual aplicada a Educação Especial está tentando romper com o modelo de integração existente, entendida como um meio de melhorar o desempenho da pessoa em situação de deficiência para atender aos reclamos das pessoas ditas normais. A idéia de integração nos países anteriormente mencionados está praticamente censurada, ou seja, sendo combatida. Tal processo ou atitude gera práticas segregadoras e excludentes aumentando a distância da pessoa desenvolver-se de maneira integral, ou seja, ter suas potencialidades trabalhadas no sentido de melhorar sua qualidade de vida (CARVALHO, 2008).

No Brasil, adotou-se a expressão educação inclusiva para traduzir a orientação política proposta e que inúmeras mudanças nas atitudes das pessoas e nas práticas educacionais das organizações de ensino-aprendizagem. A dimensão atitudinal reveste-se da maior importância, ao lado de inúmeras outras de cunho político-administrativo e político-pedagógico que envolvem sistemas e organizações (CARVALHO, 2008, p. 45).

Conforme mencionado por Carvalho acima, pode-se diagnosticar que o Brasil apesar de já ter avançado na questão de inclusão no aspecto educacional, social, político, econômico, cultural; isso muito bem evidenciado através da mídia. Ainda precisa-se qualificar grande parte dos docentes para atuar com alunos deficientes. Observa-se que na maioria dos locais públicos como ruas, calçadas, lojas, clubes, como algumas escolas públicas precisam adaptar sua estrutura física, arquitetônica para que essas pessoas possam adentrar no espaço.

Essa realidade foi constatada pelo autor do presente trabalho, que por ser uma pessoa deficiente física sente dificuldade de transitar livremente por vários locais públicos na cidade onde reside¹. Outra questão a ser discutida é o processo de formação do futuro educador deficiente; onde se observa que nos cursos de licenciatura, sobretudo, o curso de Pedagogia² não oferece condições e ou formação teórica o suficiente para dar uma formação no mínimo razoável no sentido de preparar o futuro educador para atuar neste cenário. O curso de Pedagogia oferece apenas uma disciplina, intitulada Educação Especial, com carga horária de 60 horas aula para se desenvolver um conteúdo amplo e complexo diante da seriedade dos temas abordados.

Dessa maneira, pensa-se política pública no sentido de fazer com a educação seja de qualidade em relação a ampliar e efetivar de fato a possibilidade da pessoa deficiente estudar nos diferentes níveis de formação acadêmica; ter condições de se inserir no mercado de trabalho; gozar de espaços de lazer para seu bem estar e socialização. E, não apenas ocupar espaços físicos, o que representa a integração destes.

Portanto, no capítulo que segue estaremos abordando alguns princípios

¹O autor da pesquisa reside na cidade de Picos, região do Semiárido Piauiense. Onde se constata que a mesma foi se desenvolvendo sem haver uma preocupação com os transeuntes tidos normais, muito menos para com os deficientes.

²O curso de Pedagogia a que o autor se refere é o curso oferecido pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, localizado em Picos/PI.

articulados pelo Ministério da Educação em relação ao processo de inclusão da pessoa deficiente.

CAPITULO II

2. ESTRATÉGIAS POLÍTICAS ADOTADAS PELO MEC PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA DEFICIENTE

2.1 Princípios Norteadores para a Inclusão

Para o Ministério da Educação muitas adaptações já foram realizadas em termos de políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. No entanto, ainda se carece de outras providencias no que tange o significado de normal, integração, deficiente, a individualização, a socialização entre outros. Assim, conforme orientações do MEC serão abordados alguns princípios aplicados a Educação Especial e a pessoa deficiente.

De acordo com MEC/SEEP (1995), o principio da normatização gera muitas divergências, devida a palavra normal, que faz sentido a uma referência as condições da vida (meios) e a outra forma de viver (resultados). Por este compreende-se que o deficiente deve ter condições adequadas de vida, ou seja, ter um espaço físico no ambiente familiar e, demais locais públicos para que possa estar se deslocando e participando de atividades sociais. Também se vê como meios às condições no sentido de receber tratamento médico e medicamentos quando necessário, ser alimentado e tratado de maneira digna. Quanto a resultados observa-se o que se efetivou através de procedimentos, aonde se conseguiu chegar.

O principio da integração da pessoa com deficiência vai muito além de qualquer grupo e neste contexto quando o autor fala que não basta introduzir fisicamente, mais sim, dar a assistência necessária para essas pessoas com deficiência. Esse princípio reforça o anterior no aspecto de viabilizar todo tipo de atendimento necessário de acordo com a deficiência da pessoa. Com isso, não se pode trabalhar os diferentes tipos de deficiência como se fossem dos iguais. É fundamental que se veja as particularidades para assim então proceder atividades especializadas.

No que diz respeito ao principio da individualização o MEC/SEEP (1995), trata do atendimento individual dessas pessoas, tendo assim um resultado de ensino aprendizagem satisfatório. Por diagnosticar as necessidades educacionais a serem adotadas e aplicadas para esse alunado. Pois, temos que ser responsáveis por

nossos alunos, dando o devido atendimento para essas crianças que necessitam de metodologias de ensino, recursos didáticos, instrumentos de avaliação as suas especificidades. Para que seja respeitado o processo de inclusão e permanência desses educandos no ambiente escolar.

O princípio sociológico da interdependência, segundo o MEC/SEEP (1995), diz respeito ao processo de integração, educação, saúde, ação social e trabalho, porque esses aspectos citados são primordiais para um desenvolvimento sadio da pessoa com deficiência e deverá contribuir positivamente no seu aprendizado na sala de aula. Entende-se que uma criança sadia é uma criança que terá melhor desempenho nas atividades propostas pelos professores nas escolas com alunos especiais.

No que diz respeito ao princípio da epistemologia da construção do real significa dizer que nem sempre as condições permitem desenvolver ações que atendam a todas as necessidades dos alunos com deficiência. Por isso a construção do real, se dá mediante o que será possível ser feito a médio, curto e longo prazo para atender esses alunos da educação especial. Neste respeito, constata-se a necessidade de um bom planejamento na execução das políticas educacionais e, no âmbito escolar se percebe ainda mais a obrigação do professor desenvolver um planejamento que possibilite a participação do educando tido normal e mais especificamente do deficiente.

Esse princípio enfoca a qualidade das ações educativas, MEC/SEEP (1995), esse modelo de atendimento não é respeitado na integra. Pois, o que temos é uma Educação Especial sendo articulada em escolas desestruturas, sem recursos humanos, com falta de recursos humanos e material para acolher os diversos tipos de necessidades.

Assim, se fala muito em inclusão, mas os investimentos e capacitação de profissionais qualificados para atender essa demanda de pessoas deficientes são insuficientes, precisando assim dar meios e condições de trabalho a todos os profissionais atuarem com mais dignidade em suas atividades possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências.

Outro aspecto que burocratiza as ações previstas para o atendimento especializado, diz respeito à relação custo benefício destinado ao tratamento de alunos especiais. A falta desse atendimento educacional pode se tornar mais caro aos cofres públicos devido à inserção desses deficientes na sociedade, sem o

preparo/ qualificação exigida para assumirem funções e responsabilidades.

2.2 Prioridades do Ministério da Educação para a Pessoa com Deficiência

O Ministério da Educação (1995) prioriza a participação dos movimentos da área da Educação Especial, no sentido de que as pessoas com necessidades educativas especiais e com deficiência devem fazer parte da elaboração de políticas, planos e programas, pois não há ninguém que saiba mais das nossas necessidades e realidades do que as próprias pessoas com deficiências.

Em relação a essa prioridade do governo tem-se constatado que são poucos os deficientes que participam de tomada de decisões no aspecto político; apesar de que isso já mudou muito no Brasil, mesmo a passos lentos.

Para o MEC (1995), entre as várias modalidades de ensino são as classes comuns do ensino regular, que apresentam um atendimento inadequado em relação à promoção do ensino de qualidade para todos os educandos. Isso acontece porque nem sempre o professor da turma regular possui formação para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Logo, o educando com deficiência física, visual, auditiva, autismo e outras, deixe de desenvolver suas potencialidades devido à ausência do profissional preparado e também da falta dos recursos materiais.

Diante da necessidade de possibilitar o aluno ter formação escolarizada o PNE (2000, p. 99), cita que, “a Educação Especial, como modalidade de ensino escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante”.

Outra prioridade para o MEC/SEEP (1995) diz respeito ao atendimento de crianças com 7 anos de idade que apresentarem algum tipo de necessidades de aprendizagem especial.

Conforme o Plano Nacional de Educação (2000, p. 96),

“A constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas ‘regulares’”.

Está poderá frequentar a escola no ensino comum que dispunha de sala de recurso, mais a problemática evidencia-se justamente na carência de salas de

recursos para o atendimento especializado. Onde falta professor para trabalhar com esses alunos desde o período de alfabetização; logo aumentando a dificuldade educacional, tornando-se esse aspecto um problema e ponto negativo na inclusão dessas pessoas.

De acordo com a política de inclusão adotada pelo Ministério da Educação (1995) o aluno deficiente que concluir a educação fundamental em escolas regulares ou da educação regular, poderá continuar seus estudos em estabelecimentos de ensino regular ou supletivo com o apoio de professores. Porém, o que se observa é que esses professores³ na maioria não têm capacitação na área da Educação Especial, dificultando o processo de inclusão.

Outra preocupação do MEC/SEEP (1995) está relacionada com os alunos que freqüentam um curso a nível superior. Estes poderão contar com apoio especializado, mas o que se nota claramente é a inexistência desse atendimento especializado da Educação Especial no Ensino Superior. Isso é lamentável, pois, por ser uma instituição de ensino superior, formadora de profissionais; deveria ter o profissional; além de desenvolver pesquisas a favor da inclusão; no intuito de criar novas metodologias de ensino; materiais didáticos.

Demo (1997 apud CARVALHO, 2008, p. 121) em relação à pesquisa ressalta que “na organização do trabalho pedagógico, educadores das escolas que decidem assumir a orientação inclusiva devem considerar a prática da pesquisa como a maneira escolar e acadêmica própria de educar”.

E, Carvalho (2008) segue complementando ao mencionar que essa ação serve para ir “estimulando, nos alunos, o aprender a aprender e o saber pensar, ingredientes indispensáveis à (re) construção do conhecimento com formulação própria, isto é, com autoria e progressiva autonomia” (p. 121).

Com a inferência desses autores vê-se que há de fato uma grande preocupação em possibilitar a escolarização da pessoa deficiente em todos os níveis formais de ensino. Salientando que o aprendizado pode ser desenvolvido através de atividade como a pesquisa, o que reforça uma das prioridades defendidas pelo Ministério da Educação. No entanto, percebe-se que pesquisar hoje, também, é

³Tem-se constatado que muitos professores apesar de não terem formação, mas com sua experiência profissional tem contribuído para a escolarização de educandos deficientes. No entanto, esses profissionais não podem assumir responsabilidades que requerem um profissional qualificado o ajudará o aluno deficiente a se desenvolver mais e melhor em relação à qualidade de sua produção.

outro desafio para os professores desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Em relação à importância da pesquisa Carvalho (2008), menciona alguns aspectos relevantes que favorecem o desenvolvimento de habilidades e competências no educando deficiente e também no tido normal; sendo estas,

“Sob os aspectos cognitivo, afetivo e relacional, inúmeras são as vantagens da utilização da pesquisa como procedimento de ensino-aprendizagem:
_do ponto de vista cognitivo, destaquem-se os estímulos à redescoberta, a todos os processos superiores envolvidos com a construção de conhecimentos com destaque para a reflexão crítica, necessária para planejar o trabalho ou para conduzi-lo eficientemente;
_sob o enfoque afetivo, podemos considerar o sentimento que é despertado pela motivação, alimentada pela curiosidade e interesse na busca de informes (dados e informações teóricas) para desvelar o objeto pesquisado. Também merece citação a satisfação de redescobrir e compartilhar informações, o que viabiliza o desenvolvimento de sentimentos de elevada auto-estima, em vez sentimentos de menos valia;
_do ponto de vista relacional, podemos citar as necessárias interações para a coleta e análise dos dados o que exige trocas de idéias e de informações entre os alunos/pesquisadores. Estes, em decorrência, estarão desenvolvendo atitudes de cooperação e permanente diálogo (CARVALHO, 2008, p. 122)”.

Conforme a autora menciona acima, a pesquisa, sobretudo, em educação e para a educação de educandos deficientes é uma excelente atividade que estará viabilizando o aprendizado formal do mesmo. Como também novas relações sociais, o amadurecimento afetivo, segurança, confiança, autoestima, e a maturidade cognitiva e intelectual.

A pesquisa neste contexto faz parte de um processo de mudança no que diz respeito o trabalho pedagógico do educador. E, sobre este estaremos tratando no próximo capítulo.

CAPITULO III

3. O TRABALHO PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE INCLUSÃO

3.1A Aprendizagem do Aluno como Centro do Processo de aprendizagem

O trabalho pedagógico deve estar “centrado na aprendizagem do aluno que passa a ser percebido como sujeito do processo e não mais como um mero copiator e memorizador de informações que recebe em sala de aula, ou que extrai de livros (CARVALHO, 2008, p. 123)”.

Conforme a autora a organização das atividades docentes ou sua prática devem canalizar para o planejamento de ações que possibilitem o aluno participar do processo ensino aprendizagem como construtor de conhecimento, deixando claro que ele não pode mais ser considerado apenas como um depósito do que está estabelecido nos livros e na prática do professor de maneira convencional.

Assim, o MEC/SEEP (1995), relata que estudos de outros países refletem mudanças das teorias que deram origem a novas aplicações, essas modificações estão relacionadas à como os professores tratam pedagogicamente crianças com algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Mas, devido à mudança na mentalidade da sociedade e o aumento considerável do número de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas regulares de ensino, se vê a necessidade de se modificar o currículo no intuito de atender as especificidades dos alunos com deficiência a partir de um tipo de com um adequado que busque atender a todos, no intuito de modificar aquela velha forma tradicional centrada na maioria, ou seja, nos alunos tidos como normais, deixando sem assistência ou com o mínimo de assistência essas crianças que desejam apenas um atendimento adequado com suas especificidades.

Nesse sentido, Mantoan (2006) afirma que professor deve ensinar de modo a atender as diferenças dos alunos, mais sem diferenciar o ensino para cada um, para isso o professor deve adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora.

Partindo desse pressuposto o professor pode favorecer resultados de melhores aprendizagens apesar das diferenças que os mesmos apresentem.

Porém, para que realmente aconteça à verdadeira inclusão no âmbito educacional torna-se necessário que a escola reformule sua filosofia, reavalie suas práticas pedagógicas e seus sistemas de avaliação, além de adaptar seus currículos

aos diferentes ritmos e as características de aprendizagem de seus educandos, em busca de uma crescente socialização do conhecimento. Somente, quando acontecerem todas essas mudanças na estruturação pedagógica da escola poderemos obter uma formação mais crítica, mais inovadora e mais direcionada as especificidades de cada aluno. (Martins, 2008).

Dessa forma, vemos a necessidade da reformulação do currículo escolar, de modo que o mesmo venha a atender as especificidades de cada aluno, visando à inclusão do mesmo no grupo, levando em consideração as características peculiares de desenvolvimento do mesmo de modo a promover a sua formação integral.

3.2 A ética diante o processo de inclusão

Segundo Martins (2008), o termo inclusão reflete o momento histórico de um processo de progressão pelo qual passa nossa sociedade em relação ao tratamento oferecido às pessoas com deficiência, visto que na atual conjuntura social a prática da inclusão reflete a busca pela educação para todos. Nesse sentido, este processo deve ser visto como um procedimento de construção de uma sociedade igualitária e para todos.

Nesse aspecto, podemos perceber que a inclusão trata-se de um processo relevante e positivo pelo qual vem passando a nossa sociedade diante do reconhecimento dos direitos que possuem as pessoas com deficiência.

Já a ética, têm como característica principal o questionamento do valor das ações humanas, é permeada por uma grande fluidez, e perpassa por todos os espaços e relações. Assim, de acordo com a vertente histórica pode ser aplicada a todas as propostas sociais relacionadas à equalização dos direitos e dos valores dos indivíduos perante a sociedade na qual os mesmos estão inseridos. (Martins, 2008).

A partir das noções de ética e dos questionamentos provocados pela mesma pode-se perceber avanços em relação à inclusão da pessoa com deficiência em todos os setores da nossa sociedade, já que a mesma vem a questionar diretamente os direitos e valores dos mesmos para que se alcance o pleno desenvolvimento desses indivíduos no meio social.

Desse modo, o autor relata que:

A igualdade de direitos e valores entre os seres humanos, o reconhecimento e respeito às diferenças seriam altamente positivos se, na vida real, a desigualdade não fosse tão acintosamente praticada. A distorção que foi feita da noção de igualdade de direitos e valores traz, dentro de si mesma, a contradição da ética. (MARTINS, 2008, p. 31)

Nesse sentido, percebemos claramente que existem direitos e valores relacionados às pessoas com deficiência, porém na realidade social, nosso cotidiano os mesmos não são praticados, dificultando assim o processo de inclusão dos mesmos e tornando-se assim uma contradição ética, ao se pensar uma idéia e ter outras atitudes nas ações cotidianas.

Do mesmo modo, o sistema escolar atualmente ainda não está preparado para receber os alunos com deficiência, pois os mesmos ainda não possuem

professores especializados, estrutura física acessível e recursos adaptados, apesar de que as Leis obriguem as escolas a receberem estes educandos que possuem alguma deficiência.

Por este motivo, a escola torna-se uma instituição seletiva e avaliadora, e nesse processo de seleção o autor menciona que:

A escola funciona em função do saber, no qual exclui quem não aprendeu ou é considerado como não tendo condições para aprender, e promove os educandos supostamente possuidores de talento maior e que assim irão se tornar os mais competentes. (MARTINS, 2008, p. 37)

E, é este o modelo de escola que temos atualmente, no qual recebem alunos com deficiência, porém os deixam excluídos de todo o processo educacional, mostrando com isso a contradição da ética.

Nesse aspecto, a ética da inclusão deve necessariamente estar centrada na valorização da especificidade de cada educando, das particularidades de cada indivíduo, visto que são essas especificidades e essas diferenças que dão sentido à complexidade dinâmica do ser humano.

Para tanto, Martins (2008) afirma que a inclusão supõe o direito a integralidade as diferenças e as especificidades de cada indivíduo já que estes constituem os elementos integrantes de singularidade humana. É exatamente, a riqueza da singularidade dos indivíduos que torna fecundo sua heterogeneidade.

Assim, o autor menciona ainda que no processo de inclusão escolar, devem ser oferecidas, aos educandos com deficiência dinâmicas didático-pedagógicas que criem todas as oportunidades, no plano de desenvolvimento cognitivo, para ele possa compreender, raciocinar, informar-se, interrogar, criticar e, no plano de desenvolvimento efetivo e emocional, a escola inclusiva precisa ter as condições necessárias para oportunizar o máximo de estimulações positivas, de interações verbais, lúdicas, entre outras.

Com isso, pode-se constatar a importância de oferecer ao educando com deficiência as devidas condições que se fizerem necessárias para que o mesmo se desenvolva em todos os aspectos.

Considerações finais

De acordo com o exposto no presente estudo monográfico pode-se concluir que a escola inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade e para todos, uma escola que não rotule e não “expulse” alunos que possuam alguma dificuldade diante o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse respeito à escola inclusiva deve enfrentar a grave questão que envolve o fracasso escolar no que se refere aos educandos que possuem deficiência, buscando atender a diversidade de características de seu alunado para que assim possa conseguir melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem diante o processo de inclusão.

Portanto, podemos perceber diante a nossa pesquisa que a escola poderá ser um espaço inclusivo a partir do momento em que suas dimensões físicas permitirem acessibilidade física, com a maior autonomia possível, em especial no que diz respeito aos alunos com deficiência.

Para tanto, torna-se também necessário a articulação entre as políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito a educação de qualidade e para todo de modo a proporcionar a inclusão desses indivíduos no setor educacional e no meio social como um todo.

Porém, para que a inclusão aconteça de fato é necessário que sejam efetivadas na prática as políticas de inclusão relacionadas às pessoas com deficiência, assim como devem ser seguidos os princípios norteadores para a inclusão e as prioridades do Ministério da Educação em relação às Pessoas com Deficiência.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Conjunto de materiais para a capacitação de professores: **necessidades na sala de aula**. Secretaria de Educação Especial; tradução, Ana Maria Isabel Lopes da Silva, -reimp. Brasília; MEC/SEEP, 1998.

CARVALHO, Rosito Edler,(et.al). **Escola Inclusiva: A reorganização do trabalho Pedagógico**. São Paulo: Mediação, 2008.

JANNUZZI, G. R. de. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2006. (pontos e contra pontos)

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, Marcos Jose Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5.ed.São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. RevBras de Educ, 2006. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br>, acessado em 11 de novembro de 2011.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

_____. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: **Áreas de Deficiência Visual**/Ministério da Educação e do Desporto, secretaria de educação especial. Brasília: MEC/SEEP, 1995.

_____. Secretaria de Educação Especial. Educação Especial no Brasil: séries Inst. 2/MEC/SEEP, Brasília: a secretaria, 1994. 44p. (serie institucional).

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acessado
em: 10 de outubro de 2010